

Regulamentos

10. Projeto de Regulamento do Conselho Municipal de Ambiente e Ação Climática do Município de Braga.

Submete-se, à aprovação do Executivo Municipal, com vista à posterior aprovação da Assembleia Municipal, termos da alínea k) do n.º 1, do artigo 33.º e da alínea g), do n.º 1, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, na sua atual redação – todos, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual o projeto de Regulamento do Conselho Municipal de Ambiente e Ação Climática do Município de Braga, conforme documentos constantes do processo.

Considerando que:

- A. Em 23 de janeiro de 2023, o Executivo Municipal deliberou aprovar a criação do Conselho Municipal do Ambiente e Ação Climática no Município de Braga, bem como o início do procedimento regulamentar de organização e funcionamento deste conselho,
- B. Cuja publicação ocorreu pelo AV/4/2023, a 25 de janeiro de 2023, onde se fixava o prazo de 10 dias úteis para a formulação de contributos ou sugestões que pudessem ser considerados no âmbito do regulamento em curso;
- C. No prazo estipulado para o efeito, não se constituíram interessados. Contudo,
- D. Em 14 de fevereiro de 2023, foi aberto um período de participação procedimental à comunidade, com a disponibilização eletrónica do projeto de regulamento, pelo prazo de 30 dias, disponível através do link <https://www.cm-braga.pt/pt/0201/home/noticias/item/item-1-15389>;
- E. Nessa sequência, foram rececionados os contributos, constantes do relatório em anexo, tendo, após a respetiva análise, aqueles que se entenderam pertinentes, sido vertidos na redação ora proposta a aprovação.
- F. Foram, assim, cumpridas todas as formalidades da fase de preparação do regulamento previstas no procedimento, em especial a fase da participação, nos termos do artigo 101.º do CPA, pese embora não estivesse formalmente sujeito à fase da consulta pública;
- G. Não se justifica, nem a legislação impõe, a realização de consulta pública, uma vez que não resultaria qualquer alteração no projeto de regulamento, quanto à sua estrutura e quanto ao seu conteúdo material, para além daquelas que já se verificaram no âmbito do procedimento de participação já cumprido;
- H. De acordo com o disposto no artigo 33.º, n.º 1, alínea k) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, compete à Câmara Municipal elaborar e submeter à aprovação da Assembleia Municipal os projetos de regulamentos externos do Município;
- I. Nos termos do artigo 25.º, n.º 1, alínea g), da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, cabe à Assembleia Municipal aprovar os regulamentos com eficácia externa do Município;

Assim:

Propõe-se que a Câmara Municipal delibere submeter à aprovação da Assembleia Municipal de Braga, nos termos da alínea k) do n.º 1, do artigo 33.º e da alínea g), do n.º 1, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, na sua atual redação – todos, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual - o projeto de *Regulamento do Conselho Municipal de Ambiente e Ação Climática do Município de Braga*, em anexo, que faz parte integrante da presente proposta, verificados que estão todos os pressupostos da sua fase preparatória.

Anexos:

- 1 – Relatório dos contributos obtidos;**
- 2 – Projeto de Regulamento.**

À superior consideração,

O Jurista,

RELATÓRIO
da
PARTICIPAÇÃO PROCEDIMENTAL

Abril de 2023

ÍNDICE:

1. Período de participação procedimental
2. Exposições recebidas
3. Da apreciação dos contributos

1. DO PERÍODO DE PARTICIPAÇÃO PROCEDIMENTAL

No decurso do processo de elaboração do Regulamento do Conselho Municipal do Ambiente e Ação Climática foi promovida a participação procedimental do seu projeto, que se encontrava disponível para consulta em <https://www.cm-braga.pt/pt/0201/home/noticias/item/item-1-15389>. O período de participação findou a 16 de fevereiro de 2023.

2. DAS EXPOSIÇÕES RECEBIDAS

Durante o período de consulta pública foram rececionados contributos, cuja exposição se encontra junta ao processo do Regulamento, das seguintes personalidades e entidades:

- Tiago Santos;
- Fernando Ferreira;
- Pedro Borges de Macedo;
- Francisco Rio;
- Iniciativa Liberal (IL);
- Pessoas-Animais-Natureza (PAN);
- Associação para a Defesa, Estudo e Divulgação do Património Cultural e Natural (ASPA).

3. DA APRECIÇÃO DOS CONTRIBUTOS

3.1. As exposições apresentadas por Tiago Santos, Fernando Ferreira e Francisco Rio não se encontravam diretamente relacionadas com a criação do Conselho Municipal de Ambiente e Ação Climática, tendo sido encaminhadas para os serviços competentes.

3.2. Foram rececionados os contributos constantes do quadro infra:

Artigo	Sugestão – Pedro Macedo	Comentário	Acolhido/Não acolhido
Artigo 6.º	Alterar a alínea g), permitindo o representante de cada grupo da Assembleia Municipal.	Acolhido.	✓
Artigo 6.º	Incluir um representante da empresa municipal TUB	Acolhido.	✓
Artigo 6.º	Incluir um representante da Escola de Engenharia da Universidade do Minho (EEUM)	Não acolhido.	X
Artigo 6.º	Incluir um representante da Ordem dos Engenheiros da Região Norte	Não acolhido.	X
Artigo	Sugestão – Iniciativa Liberal (IL)	Comentário	Acolhido/Não acolhido
Artigo 6.º	Alterar a alínea g), permitindo o representante de cada grupo da Assembleia Municipal	Acolhido.	✓

Artigo	Sugestão – Pessoas-Animais-Natureza (PAN)	Comentário	Acolhido/Não acolhido
Artigo 2.º	Participar na elaboração, avaliação e acompanhamento de planos, programas e atividades/projetos relacionados com a ação climática.	Não acolhido.	X
Artigo 2.º	Ajudar a elaborar políticas e medidas para a ação climática no concelho.	Acolhido	✓
Artigo 2.º	Propor a adoção de medidas que conduzam à observância de princípios da transição justa, defendendo o desenvolvimento sustentável.	Não acolhido.	X
Artigo 2.º	Sugerir medidas a adotar no âmbito da formação e qualificação de profissionais da Autarquia e outros parceiros.	Não acolhido.	X
Artigo 4.º	Integrar os ODS na análise da ação do Município no CMAACBm bem como um modelo de governança que englobe parceiros sociais, de investigação e até privados para cooperarem ativamente na prossecução dos ODS 2030.	Não acolhido.	X
Artigo 4.º	Debater , avaliar e apoiar a implementação no Plano de Ação para a Energia Sustentável e Clima (PAESC), analisando o cumprimento das metas, quer até 2030 de menos 55% de CO2, quer até 2050, apoiando a transição energética para um paradigma de concelho neutro em carbono.	Não acolhido.	X
Artigo 4.º	Debater, apoiar e avaliar a atual Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas	Acolhido	✓

Artigo 4.º	Cooperar institucionalmente com o SMPC de Braga para gestão ativa de riscos relacionados com Alterações Climáticas em Braga, no âmbito da resiliência e segurança do território municipal.	Não acolhido.	X
Artigo 4.º	Promoção do conhecimento científico sobre o fenómeno das alterações climáticas e da sua comunicação a diferentes públicos-alvo.	Acolhido	✓
Artigo 4.º	Contribuir para o desenvolvimento sustentável do Município contribuindo ativamente para a promoção da melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.	Não acolhido.	X
Artigo 4.º	Análise e cooperação municipal no sentido de incentivar parcerias institucionais para a Ação Climática e Captação de Fundos para a competitividade municipal.	Não acolhido.	X
Artigo 4.º	Facilitar e partilhar informação com entidades públicas sobre medidas de mitigação das Alterações Climáticas.	Acolhido	✓
Artigo 6.º, n.º 2	Adicionar representante de cada grupo de lista representado na Assembleia Municipal.	Acolhido	✓
Artigo 6.º, n.º 2	Adicionar representante de cada grupo de presidentes de junta de freguesia da AM	Não acolhido.	X
Artigo 6.º, n.º 2	Adicionar o/a Provedor(a) do Animal que se encontrar em funções.	Acolhido	✓
Artigo 6.º, n.º 2	Adicionar representante das Associações Animais do Concelho (ou um representante de cada Associação).	Não acolhido.	X
Artigo 6.º, n.º 2	Adicionar representante dos Bombeiros Voluntários de Braga.	Acolhido	✓
Artigo 6.º, n.º 2	Adicionar representante do Banco de Germoplasma Vegetal.	Acolhido	✓

Artigo 7.º, n.º 1, alínea a)	Retirar “com atividade relevante no concelho de Braga”.	Não acolhido.	X
Artigo 17.º, n.º 1	Reuniões quadrimestrais.	Acolhido	✓
Artigo 17.º, n.º 3	E-mail oficial do Conselho.	Não acolhido.	X
Artigo 17.º, n.º 3	Inclusão de um Período Antes da Ordem do Dia	Não acolhido.	X
Artigo 18.º, n.º 5	Apresentação do relatório ODS anual da CMB e respetiva análise	Não acolhido.	X

Artigo	Sugestão – ASPA	Comentário	Acolhido/Não acolhido
Último parágrafo da pág. 2	Alterações linguísticas	Acolhido	✓
Art.º 1.º (pág. 4)	Alterações linguísticas	Acolhido	✓
Art.º 2.º	Participar e acompanhar as diferentes fases de conceção e implementação de projetos estratégicos na área do ambiente, propondo ao executivo municipal, recomendações de políticas públicas a aplicar na defesa do meio ambiente e recursos naturais, incluindo sempre todas as variáveis necessárias à sustentabilidade da sua execução, por forma a dar qualidade de vida aos cidadãos;	Não acolhido.	X
Art.º 2.º	Debater matérias municipais relevantes que possam suscitar impactos ambientais:	Não acolhido.	X

	estabelecer e aprovar normas, critérios, padrões e índices de qualidade ambiental, bem como métodos para uso dos recursos ambientais do município, observando a legislação e boas práticas (municipal, nacional e comunitária), que disciplinam a matéria;		
Art.º 2.º	Estimular e promover a participação pública individual e coletiva, e apoiar o Município na definição das políticas municipais, com vista a promover o alcance dos ODS e da Agenda 2030;	Não acolhido.	X
Art.º 2.º	Propor e incentivar ações de educação e sensibilização ambiental dirigidas a todos os públicos-alvo da sociedade, adaptando os conteúdos à diversidade que esta espelha;	Acolhido	✓
Art.º 2.º	Analisar e emitir recomendações sobre projetos de intervenção e reabilitação do ambiente urbano, bem como os relativos ao meio rural, que possam ter impactos no ambiente e/ou dificultar a adaptação às alterações climáticas, de acordo com as orientações da Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas (EMAAC);	Acolhido	✓
Art.º 2.º	Sugerir ações para implementação de projetos de intervenção e reabilitação do ambiente urbano, segundo as orientações da EMAAC;	Não acolhido.	X
Art.º 2.º	Colaborar na elaboração de diretrizes que fomentem a integração de boas práticas em projetos de intervenção privada, de acordo com as orientações da EMAAC e com vista a garantir o cumprimento dos ODS e da Agenda 2030.	Acolhido	✓
Art.º 2.º	Facilitar a colaboração, trabalho em equipa e partilha de informação entre os membros do CMAACB, e entre estes e o Município.	Acolhido	✓

Art.º 2.º	Propor estudos e estimular a investigação sobre questões ambientais, em parceria com instituições de ensino superior.	Não acolhido.	X
Art.º 2.º	Propor a criação de grupos de trabalho temáticos especializados, sobre matérias específicas, para suporte a recomendações e propostas, mediante convite a investigadores reconhecidos no meio académico.	Não acolhido.	X
Art.º 2.º	Dar parecer fundamentado sobre o relatório anual de sustentabilidade do Município de Braga.	Não acolhido.	X
Art.º 3.º	Alterações linguísticas	Acolhido	✓
Art.º 4.º n.º 1	Alterações linguísticas	Acolhido	✓
Art.º 4.º n.º 2	Remoção da dispensa de consulta da CMAACB em situações de urgência	Não acolhido.	X
Art.º 4.º n.º 3	Complemento	Acolhido	✓
Art.º 6.º n.º 2	Constituição de equipas de trabalho	Não acolhido.	X
Art.º 6.º n.º 2	Alterações linguísticas	Acolhido	✓
Art.º 7.º	“Especialistas em matéria específica na área do ambiente ou ação climática, com reconhecimento no meio académico (nova alínea)	Acolhido	✓
Art.º 7.º	Reuniões trimestrais do CMAACB	Não acolhido.	X

LEGENDA:

✓ - Contributo acolhido no regulamento

X – Contributo não acolhido

Preâmbulo

A natureza e a qualidade ambiental estão entre os ativos prioritários das políticas municipais. Assim, cada vez mais se torna imprescindível uma mudança comportamental na atuação das entidades públicas e da sociedade civil, de modo a contrariar tendências e comportamentos já há muito instalados que provocam impactos a médio e longo prazo no ambiente.

Nos termos do artigo 9.º da Constituição da República Portuguesa, são tarefas fundamentais do Estado, promover o bem-estar e a qualidade de vida do povo e a igualdade real entre os portugueses, bem como a efetivação dos direitos económicos, sociais, culturais e ambientais, e proteger e valorizar o património cultural do povo português, defender a natureza e o ambiente, preservar os recursos naturais e assegurar um correto ordenamento do território.

Com efeito, no âmbito dos direitos e deveres sociais, determina o artigo 66.º da Constituição que todos têm direito a um ambiente de vida humano, sadio e ecologicamente equilibrado e o dever de o defender, incumbindo ao Estado, por meio de organismos próprios e através da participação dos cidadãos assegurar o direito ao ambiente.

Por outro lado, a Lei n.º 19/2014, de 14 de abril, que define as bases da política de ambiente, determina no n.º 1 do artigo 2.º que compete ao Estado a realização da política de ambiente, tanto através da ação direta dos seus órgãos e agentes nos diversos níveis de decisão local, regional, nacional, europeia e internacional, como através da mobilização e da coordenação de todos os cidadãos e forças sociais, num processo participado e assente no pleno exercício da cidadania ambiental.

Também o artigo 4.º do mesmo diploma estabelece os princípios da informação e da participação, que obrigam ao envolvimento dos cidadãos nas políticas ambientais, privilegiando a divulgação e a partilha de dados e estudos, a adoção de ações de monitorização das políticas, o fomento de uma cultura de transparência e de responsabilidade, na busca de um elevado grau de respeito dos valores ambientais pela comunidade, ao mesmo tempo que assegura aos cidadãos o direito pleno de intervir na elaboração e no acompanhamento da aplicação das políticas ambientais.

Ao nível local, a Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que aprovou o regime jurídico das autarquias locais, define o ambiente como matéria de atribuição do município, conforme dispõe a sua alínea k) do n.º 2 do artigo 23.º.

Nesse sentido, deve o Município, enquanto agente agregador de diversas competências, assegurar políticas que confirmem condições atrativas e dinâmicas ao meio urbano e rural, através do investimento e valorização da zona de interface, com vista à promoção da biodiversidade e do *continuum naturale*.

O Conselho Municipal de Ambiente e Ação Climática de Braga, doravante designado por CMAACB, pretende ser um órgão consultivo, de promoção de debate sobre matérias

ambientais e climáticas, de modo a permitir atuar junto dos decisores políticos, através da apresentação de recomendações e propostas alternativas que visem a minimização de impactos no ambiente e no clima, designadamente, em matéria de conservação da natureza e da biodiversidade, do ordenamento do território, da gestão dos recursos hídricos, de política de resíduos, de políticas de mobilidade e transportes, de políticas de facilitação de acesso a energias alternativas, entre outros e, obviamente, de estratégias municipais face às alterações climáticas.

Pretende ainda estabelecer o diálogo entre instituições públicas e os cidadãos, no âmbito de uma democracia participativa e aberta, num esforço conjunto entre o município, cidadãos, empresas e instituições, no sentido de uma governança adaptativa eficiente, participada, duradoura e sustentável.

Nos termos do artigo 99.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro, a nota justificativa da proposta de regulamento deve ser acompanhada por uma ponderação de custos e benefícios das medidas projetadas. De facto, ao criar este Conselho, pretende o Município de Braga ir ao encontro e dar satisfação às prementes preocupações surgidas na área do ambiente e alterações climáticas, sendo certo que, também desta forma, corporizará, a nível concelhio, um instrumento de diálogo e debate entre várias entidades, o que em muito ajudará a aprofundar e ampliar o conhecimento e resolução de questões que a todos importam.

Com a criação do Conselho Municipal de Ambiente e Ação Climática, apenas poderão existir despesas associadas à realização das reuniões (instalações; materiais de desgaste e escritório). No entanto, é de referir que não se estima que exista um acréscimo de custos para o Município, decorrente da atividade deste órgão consultivo, pelo que essa ponderação deve tender, seguramente, para o lado dos benefícios. Efetivamente, o diálogo interinstitucional é um pilar da democracia, o que sempre importa promover.

Nos termos da alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, aprovar as posturas e os regulamentos com eficácia externa do município. Assim, a Assembleia Municipal de Braga, ao abrigo do preceituado normativo, aprova o seguinte Regulamento:

Capítulo I - Disposições Gerais

Artigo 1º

Conselho Municipal de Ambiente do Município e Ação Climática de Braga

- 1- O CMAACB é um órgão de reflexão e consulta, representativo das forças vivas do Concelho, que tem por missão estabelecer uma estrutura permanente de debate e participação relativamente a todas as matérias municipais relevantes no âmbito do ambiente e ação climática, numa perspetiva de proteção do património natural e de desenvolvimento municipal e regional sustentável.
- 2- O CMAACB funciona com total autonomia no exercício das suas competências, assumindo essencialmente uma função deliberativa que é assegurada pela Mesa.

Artigo 2º

Competências

1. São competências do CMAACB:
 - a) Debater matérias municipais relevantes que possam suscitar impactos ambientais e emitir pareceres, recomendações ou sugestões, relativamente a tais matérias;
 - b) Analisar e emitir recomendações sobre projetos de intervenção e reabilitação do ambiente urbano, bem como os relativos ao meio rural, que possam ter impactos no ambiente e/ou dificultar a adaptação às alterações climáticas, de acordo com as orientações da Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas (EMAAC);
 - c) Sugerir ações para implementação de projetos de intervenção e reabilitação do ambiente urbano, segundo as orientações da EMAAC;
 - d) Colaborar na elaboração de diretrizes que fomentem a integração de boas práticas em projetos de intervenção privada, de acordo com as orientações da EMAAC e com vista a garantir o cumprimento dos ODS e da Agenda 2030;
 - e) Ajudar a elaborar políticas e medidas para a ação climática no concelho.
 - f) Debater, apoiar e avaliar a atual Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas;
 - g) Promoção do conhecimento científico sobre o fenómeno das alterações climáticas e da sua comunicação a diferentes públicos-alvo;
 - h) Facilitar e partilhar informação com entidades públicas sobre medidas de mitigação das Alterações Climáticas;

- i) Propor e incentivar ações de educação e sensibilização ambiental dirigidas a todos os públicos-alvo da sociedade, adaptando os conteúdos à diversidade que esta espelha;
- j) Facilitar a colaboração, trabalho em equipa e partilha de informação entre os membros do CMAACB, e entre estes e o Município.

Artigo 3º

Dever de colaboração

O CMAACB deve colaborar com os órgãos municipais e com as demais entidades públicas, designadamente, com os órgãos das freguesias, prestando, na medida das suas capacidades, o apoio que lhe for solicitado.

Artigo 4º

Dever de informação, consulta e ponderação do Município

- 1- O Município mantém o CMAACB informado acerca do desenvolvimento das políticas, estratégias, projetos e programas municipais em matéria de ambiente e ação climática.
- 2- O Município pode consultar o CMAACB previamente à adoção de decisões relativas às matérias referidas no número anterior, exceto em situações em que a urgência da decisão não permita esta consulta.
- 3- O Município deve ponderar as propostas do CMAACB, com base na EMAAC, nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) e Agenda 2030, bem como nas recomendações e propostas do CMAAC.

Capítulo II - Composição do CMAACB

Artigo 5º

Composição do CMAACB

- 1- O CMAACB é composto por membros coletivos (com ou sem personalidade jurídica) e individuais.
- 2- O CMAACB tem a seguinte composição:
 - a) Presidente da Câmara ou ao Vereador com a área de responsabilidade do Ambiente e Alterações climáticas, que preside;
 - b) Vereador, ou seu representante, que tutela a área do Urbanismo;

- c) Vereador, ou seu representante, que tutela a área da Mobilidade;
- d) Vereador, ou seu representante, que tutela a área da Educação;
- e) Um representante da empresa AGERE;
- f) Um representante da empresa BRAVAL;
- g) Um representante de cada grupo da Assembleia Municipal de Braga;
- h) O Coordenador Municipal de Proteção Civil ou seu representante;
- i) O/A Provedor(a) do animal;
- j) Um representante dos Presidentes de Junta, eleito na Assembleia Municipal de Braga;
- k) Um representante dos Bombeiros Sapadores de Braga;
- l) Um representante dos Bombeiros Voluntários de Braga.
- m) Um representante das Eco-Escolas/ABAE;
- n) Um representante da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte;
- o) Um representante da CIM Cávado;
- p) Um representante da Associação Florestal do Cávado;
- q) Um representante dos Transportes Urbanos de Braga;
- r) Um representante da InvestBraga;
- s) Um representante ICNF;
- t) Um representante do SEPNA;
- u) Um representante da PSP;
- v) Um representante da Polícia Municipal;
- w) Um representante do Instituto de Ciência e Inovação para a Bio-Sustentabilidade da Universidade do Minho;
- x) Um representante do Banco de Germoplasma Vegetal;
- y) Um representante do Eco-Clube Eco-Veiga;
- z) Um representante da AREA - Amigos do Rio Este;
- aa) Um representante da Katavus – Associação Ambiental e Cultural da Zona do Vale do Cávado a Norte do Concelho de Braga;
- bb) Um representante da Minhorigem – Associação Agro-ecológica do Minho;
- cc) Um representante da ASPA – Associação Para a Defesa, Estudo e Divulgação do Património Cultural e Natural;
- dd) Um representante da JOVEMCOOP – Associação Jovem Cooperante Natureza/Cultura;

- ee) Um representante da ASPEA – Associação Portuguesa de Educação Ambiental – Núcleo de Braga;
 - ff) Um representante da ADOC – Associação de Ocupação Constante;
 - gg) Um representante da Braga Ciclável – Associação pela Mobilidade Urbana em Bicicleta;
 - hh) Outras entidades e personalidades a convite do presidente do CMAAC, mediante recomendação da maioria dos conselheiros.
- 3- Cabe ao Presidente da Câmara ou ao Vereador com a área de responsabilidade do Ambiente e Alterações climáticas, efetuar as diligências necessárias à instalação do CMAACB, contactando as entidades referidas no nº 2, para indicação dos respetivos representantes.
- 4- Os membros do CMAACB devem ter atividade no Concelho de Braga, ou possuir com o Município alguma ligação relevante.

Artigo 6º

Tomada de posse dos membros do CMAACB

- 1- Os membros do CMAACB tomam posse perante o Presidente da Câmara Municipal ou do Vereador com a área de responsabilidade do Ambiente e Alterações Climáticas.
- 2- Os membros do CMAACB consideram-se em exercício de funções logo após a tomada de posse, a qual terá lugar na sua primeira reunião.
- 3- Na primeira reunião é lavrado o auto de posse, devendo para tal ser assinado por todos os membros presentes.

Artigo 7º

Participação no CMAACB

- 1- Sempre que a agenda de trabalho o justifique, podem ser convidadas para participar no CMAACB, para além dos seus membros, outras pessoas singulares ou coletivas especialistas em assuntos de grande relevância ambiental ou com especiais interesses nas matérias agendadas, tais como:
 - a) Especialistas em matéria específica na área do ambiente ou ação climática, com reconhecimento no meio académico
 - b) Representantes de outras Organizações Não-Governamentais de Ambiente (ONGA), ou equiparáveis, com atividade relevante no concelho de Braga, em matéria de ambiente ou ação climática, que manifeste formalmente interesse em participar no CMAACB;

- c) Representantes de empresas privadas ou entidades públicas, a convite do presidente do Conselho, nomeadamente nas áreas do ambiente, construção civil, energia, resíduos e tecnologias de informação.
- 2- Os convidados a participar no CMAACB mencionados no n.º 1 do presente artigo não têm direito a voto.

Artigo 8º

Deveres dos membros do CMAACB

Os membros do CMAACB devem:

- a) Respeitar as determinações da Mesa;
- b) Preparar e sustentar convenientemente as suas intervenções e posições;
- c) Cumprir as tarefas de que foram incumbidos e que aceitaram;
- d) Respeitar os outros membros, colaborando com eles e com a Mesa no sentido de se encontrarem pontos de convergência e consensos;
- e) Ser assíduos e pontuais.

Artigo 9º

Direitos dos membros

- 1- Os membros têm o direito de emitir a sua posição sobre os temas em debate no CMAACB bem como de efetuar todo o tipo de sugestões à Mesa, nos termos do disposto no artigo 18.º.
- 2- Os membros têm o direito de ser informados pela Mesa sobre todas as matérias relativas à atividade do CMAACB.
- 3- A participação de qualquer membro no CMAACB não prejudica em caso algum a atividade que, isoladamente ou no âmbito de outras iniciativas, possa desenvolver.
- 4- A participação nas reuniões do CMAACB não confere aos seus membros direito a senhas de presença ou a qualquer outra compensação financeira.

Artigo 10º

Perda de Mandato, Renúncia e Substituição dos membros do CMAACB

- 1- Todos os membros do CMAACB podem renunciar ao seu estatuto, devendo dar conhecimento à Mesa por meio de carta registada com aviso de receção, fundamentando devidamente a sua pretensão.
- 2- Todas as Instituições representadas no CMAACB podem, a qualquer momento, propor novo representante por elas designado, bastando para isso dar conhecimento à Mesa.

Artigo 11º

Representatividade

Com exceção dos cidadãos de reconhecido mérito, que se representam somente a si mesmo, e dos convidados, os membros do CMAACB vinculam as instituições a que pertencem.

Capítulo III - Organização e Funcionamento

Secção I - Mesa

Artigo 12º

Mesa

O CMAACB é coordenado pela Mesa, à qual competem todas as tarefas de representação do CMAACB, exceto nos casos em que um ou mais membros tenham sido especificamente mandatados para o efeito por decisão do plenário.

Artigo 13º

Composição da Mesa do CMAACB

- 1- A Mesa é constituída por um Presidente, um Vice-Presidente e um Vogal.
- 2- O Presidente da Câmara ou ao Vereador com a área de responsabilidade do Ambiente e Alterações Climáticas é por inerência de funções o Presidente da Mesa.
- 3- O Vice-Presidente e o Vogal são eleitos de entre os membros do CMAACB.
- 4- O mandato da Mesa coincide com o mandato do Executivo Municipal.

Artigo 14º

Competências do Presidente e da Mesa do CMAACB

- 1- Compete ao Presidente da Mesa:
 - a) Representar o CMAACB;
 - b) Dirigir e coordenar os trabalhos do CMAACB;
 - c) Solicitar as informações necessárias ao funcionamento do CMAACB;
 - d) Assegurar a gestão corrente do CMAACB;
 - e) Proceder à designação dos secretários;
 - f) Convidar pessoas coletivas ou singulares para participarem no CMAACB, nos termos do artigo 7.º.
- 2- Compete em especial à Mesa:
 - a) Manter um registo de presenças nas reuniões;
 - b) Marcar e convocar as reuniões;
 - c) Preparar a ordem de trabalhos;
 - d) Dar publicidade às decisões, pareceres e recomendações do CMAACB,
 - e) Interpretar o presente regulamento;
- 3- A Mesa deve manter o CMAACB informado de todas as atividades de representação e da correspondência recebida, bem como de outros dados que possam ser úteis para o exercício das suas competências.

Artigo 15º

Renúncia e substituição dos membros da Mesa

- 1- Com exceção do Presidente, os membros de Mesa podem renunciar aos seus mandatos ou solicitar a sua substituição, antes de terminado o período previsto do número 4 do artigo 13.º.
- 2- Para os efeitos do número anterior, a renúncia deve ser formalizada através de carta registada com aviso de receção, dirigida ao Presidente da Mesa do CMAACB, com uma antecedência mínima de 30 dias seguidos, relativamente à reunião mais próxima do CMAACB.
- 3- A substituição dos membros da Mesa faz-se mediante eleição a realizar na primeira reunião do CMAACB, após a renúncia ou pedido de substituição.

Artigo 16º

Secretários

- 1- A Mesa é coadjuvada por dois secretários.
- 2- Os secretários são trabalhadores do Município designados nos termos da alínea e) do n.º 1 do artigo 14.º do presente regulamento.
- 3- São funções dos Secretários:
 - a) Prestar o apoio que lhes for solicitado pela Mesa, relativamente às matérias administrativas previstas neste Regulamento,
 - b) Receber e encaminhar toda a correspondência do CMAACB;
 - c) Redigir as atas das reuniões do CMAACB.

Secção II - Reuniões

Artigo 17º

Reuniões e convocatórias

- 1- O CMAACB reúne em sessão ordinária quadrimestralmente.
- 2- O CMAACB reúne em sessão extraordinária sempre que a Mesa ou o Presidente o determinem, ou um terço dos membros do CMAACB o requeira.
- 3- O requerimento referido na parte final do número anterior deve ser dirigido à Mesa, por carta registada, integrando a ordem de trabalhos que se pretende ver agendada.
- 4- A convocatória para as sessões, com a indicação do dia, horário, local de funcionamento e Ordem de Trabalhos, é efetuada pelo Presidente da Mesa ou por quem o substitua, por qualquer meio de comunicação, designadamente via postal, ou e-mail, devendo chegar ao conhecimento dos respetivos membros, com pelo menos 10 dias úteis de antecedência.
- 5- No período das 48 horas seguintes à convocatória, os membros do CMAACB podem propor pontos para a ordem de trabalhos. A ordem de trabalhos definitiva será comunicada 5 dias úteis antes da reunião.
- 6- Em caso de força maior, a Mesa pode alterar a data de uma sessão ordinária mediante o envio de nova convocatória, pelos mesmos meios descritos no número anterior, a qual deve ser entregue aos respetivos membros com pelo menos 5 dias úteis de antecedência.
- 7- Quando a resolução de determinada questão se revele de extrema urgência e sempre que estritamente necessário, a convocatória da sessão pode ser efetuada com dois dias de antecedência, não podendo, no entanto, ser realizada se algum dos membros se opuser à sua realização.

Artigo 18º

Funcionamento

- 1- A Mesa deve gerir o tempo das sessões, de modo a permitir simultaneamente a participação dos membros interessados e a formação de consensos, conclusões e decisões.
- 2- Para efeitos do número anterior, a Mesa deve:
 - a) Registrar inscrições para intervir;
 - b) Dar a palavra e estipular a ordem das intervenções inscritas;
 - c) Condicionar a duração de cada intervenção e o número de intervenções por membro;
 - d) Definir o horário dos trabalhos em geral e de cada discussão em particular;
 - e) Permitir ou não a intervenção de convidados;
 - f) Propor posições de consenso, conclusões e a tomada de decisões;
 - g) Sujeitar a votação o que não for possível alcançar por unanimidade;
 - h) Permitir, à margem das intervenções previstas, esclarecimentos ou respostas diretas especialmente breves.
- 3- À hora designada para o início dos trabalhos sem que a maioria dos membros CMAACB esteja presente, pode o presidente iniciá-los decorridos que estejam 30 minutos, desde que compareçam 1/3 dos seus elementos com direito a voto.

Artigo 19º

Atas

- 1- De cada reunião é lavrada uma ata que é lida e aprovada por votação na reunião seguinte, sendo assinada pelo Presidente e por quem a lavrou.
- 2- Os membros do CMAACB podem fazer constar da ata, como anexo, as declarações de voto e as razões que o justifiquem.

Artigo 20º

Decisões

- 1- O CMAACB pode emitir decisões com carácter interno, recomendações ou pareceres, designadamente na sequência de uma solicitação do Município.

- 2- O CMAACB designará os relatores das propostas de decisão e os prazos para a sua elaboração.
- 3- As decisões são tomadas por unanimidade.
- 4- Sempre que não seja possível a unanimidade, o CMAACB pode emitir pareceres e recomendações aprovados por maioria simples.
- 5- A cada membro do CMAACB corresponde um voto e ao Presidente um voto de qualidade.
- 6- A votação é nominal, salvo nos casos em que a Mesa entender que a proteção da opinião de algum dos membros justifica votação secreta.

Artigo 21º

Publicidade das decisões

- 1- Todas as decisões, pareceres ou recomendações com relevância para o Município são enviadas pela Mesa ao Presidente da Câmara, ao Presidente da Assembleia Municipal, e às demais entidades com interesse nas matérias objeto de decisão.
- 2- Todas as decisões do CMAACB remetidas ao Município são publicadas na sua página oficial na Internet.

Capítulo IV - Disposições Finais

Artigo 22º

Interpretação do Regulamento

Nos casos de dúvida e omissões compete ao Presidente da Mesa a interpretação do regulamento.

Artigo 23º

Entrada em vigor

O presente regulamento entra em vigor no dia seguinte à data da sua publicação em Diário da República.